



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA  
INSTITUCIONAL**

---

**ILMA NUNES PERCEVAL**

**INCLUSÃO DE UM ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR**

**UFSM**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2005**



## **INCLUSÃO DE UM ALUNO ESPECIAL NA CLASSE REGULAR**

**por**

**Ilma Nunes Perceval**

Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Psicopedagogia Institucional**

Santa Maria, RS, Brasil

2005

CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**INCLUSÃO DE UM ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR**

elaborada por

Ilma Nunes Perceval

como requisito para obtenção do grau de  
**Especialista em Psicopedagogia Institucional**

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Soraia Napoleão Freitas**  
**Orientadora/Presidente**

---

**Ms. Cínara Franco Rechicho**

---

**Andréa Tonini**

---

**Ms. Vaneza Peranzoni**  
**Suplente**

Santa Maria  
2005

## SUMÁRIO

RESUMO .....	vii
ABSTRACT .....	viii
1. INTRODUÇÃO .....	01
2. INCLUSÃO DE UM ALUNO ESPECIAL NA CLASSE REGULAR	06
2.1. A Educação Inclusiva e a Escola para todos .....	06
2.2. O Direito a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência .....	14
2.3. A Escola a Caminho da Inclusão de Deficientes .....	21
2.4. A Escola Regular e a Inclusão .....	24
2.5. A Formação de Professores .....	26
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....	28
3.1. Contextualização o Método .....	28
3.2. Contextualização da Escola .....	29
3.3. Participantes do Estudo .....	30
3.4. Instrumentos Utilizados .....	31
3.5. Análise dos Dados .....	31
4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS .....	32
4.1. História da Vida do Aluno .....	32
4.2. Comentário Entrevista com a Equipe Diretiva .....	34
4.3. Comentário Entrevista com a Professora Regente .....	36
4.4. Comentário Entrevista com a Professora Especialista da APAE..	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	43
ANEXOS .....	46

## **MENSAGEM**

“Na sociedade inclusiva ninguém é bonzinho. Ao contrário. Somos apenas – isto é o suficiente – cidadãos responsáveis pela qualidade de vida de nosso semelhante, por mais diferente que ele seja ou pareça ser”.

(Cláudia Werneck ,1991)

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, por ter conseguido dar mais este passo em minha caminhada.

A uma colega e amiga que colocou-se a disposição para enviar o meu trabalho através da internet.

A equipe de professores do Curso de Psicopedagogia, e colegas pelo companheirismo, quando da minha enfermidade.

A professora e orientadora Soraia Napoleão Freitas e sua assessora Cleonice, pela dedicação e carinho, como ela conduziu o meu trabalho, através de comunicação tanto por contato telefônico, internet e via postal.

A minha família, pelo incentivo que me deram para que eu participasse do curso.

A direção da Escola e colegas que contribuíram, me substituindo.

A todos: o meu muito obrigado e que o Divino Mestre lhes dêem a recompensa.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este meu trabalho a minha querida mãe, que compreendeu a minha ausência nos fins de semana, por um ano.

E aos meus familiares, que em muitas vezes deixei de acompanhá-los nas horas de lazer.

**RESUMO**

Monografia de Especialização

Programa de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

**“INCLUSÃO DE UM ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR”**

**AUTORA** : Ilma Nunes Perceval

**ORIENTADORA** : Profª Drª Soraia Napoleão Freitas

Data e Local da Defesa : Santa Maria, 17 de Março de 2005

Este estudo teve como finalidade, investigar quais as causas e preconceitos apresentados pela comunidade escolar, que dificultam o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (Paralisia Cerebral) serem incluídos no Ensino Regular de uma Escola da rede municipal de educação da cidade de Caçapava do Sul – RS. A fundamentação teórica faz um breve resgate histórico, versando sobre educação inclusiva, adaptação, atitudes diferenciadas que os mesmos apresentam, a formação de Professores quanto a capacitação ao processo de inclusão, para que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham uma melhor receptividade na escola regular de ensino. A pesquisa inseriu-se em uma abordagem qualitativa de cunho descritivo e os métodos utilizados foram a observação e a entrevista semi-estruturada. Os dados coletados evidenciaram a influência da desinformação nas visões preconceituosas e sua superação no cumprimento das leis normatizadas no Sistema Educacional, onde a conclusão aponta para a transformação do olhar em relação a esses alunos.

**Palavras-chave:** inclusão, ensino regular, sistema educacional.

## ABSTRACT

This work had as a main purpose to investigate what reasons and prejudices shown by school community make difficult to the student with Special Educational Needs (cerebral paralysis) to be included in the Regular Education in a School of the Municipal education network of Caçapava do Sul – RS. The theoretical support makes a brief historical rescue, dealing with special education, adjustment, differential attitude that they show, the teachers formation due to the capacity to the inclusive processes, in order that the students with special educational needs have a better receptivity in the regular school. The research was inserted in a qualitative approach with descriptive mark and the methods used were the observation and the half structuralized interviews. The collected data demonstrated the influence of the lack of information on the prejudiced vision, and its overcoming in the accomplishment of the laws ruled at the Educational System, where the conclusion points to the looking at these students.

**Key words:** inclusion, regular education, educational system.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve sua origem na indagação sobre a aparente resignação ou aceitação (por parte de professores, pedagogos, comunidade, pais, etc) de que crianças e jovens possam ser colocados, na escola, em situações que parecem transformar as diferenças sociais e culturais em desigualdades sociais.

No decorrer da pesquisa realizei observações em uma criança com paralisia cerebral que frequenta uma Escola Pública do Ensino Fundamental de Séries Iniciais da periferia da cidade de Caçapava do Sul – RS. Observei que havia inúmeras dificuldades, atribuindo as mesmas, num primeiro momento, à maneira que os conteúdos eram transmitidos e ao distanciamento destes com a realidade do aluno com necessidades educacionais especiais (NEE).

Em minha vivência profissional escolar, diante de tantos questionamentos e dificuldades encontradas na ação de trabalhar pedagogicamente com pessoas com deficiência, existiu a necessidade de ampliar conhecimentos sobre a inclusão de uma criança com paralisia cerebral. Sabe-se que os discursos que propõem a melhoria da inclusão ao processo educacional as pessoas de classes sociais e culturais diferenciadas, onde parece-me que há um "fosso" entre as práticas pedagógicas e sociais e as propostas curriculares de professores, ainda existe uma distância entre a normatização e a realidade existente na escola regular. Ao longo deste trajeto nos questionamos, porque as escolas têm dificuldades em entender e incorporar as diferenças culturais e sociais?

Parece que há práticas sociais, no interior da escola, que dissimulam as desigualdades sociais, por intermédio de processos de exclusão e, a finalidade desse trabalho é evidenciar como se dá esse processo inclusivo na escola regular.

A *exclusão* tem sido utilizado como um conceito bastante amplo para designar diferentes situações: os homens e as mulheres "*sem emprego*", "*sem teto*", "*sem terra*", "*sem educação escolar*", "*sem saúde*", "*sem lazer*", etc. É um tema presente não somente no debate sobre as diferentes questões sociais, mas principalmente quando nos referimos à educação. Os estudos sobre exclusão, de forma geral, analisam a ausência da escola — analfabetismo, evasão e repetência — na vida dos seres humanos, mas parece-me que pouco analisam como e o que constituem as situações de exclusão no interior da escola.

A experiência vivenciada e os estágios por mim realizados, reprovam a concepção de que o mau aproveitamento, ou o pouco rendimento escolar dos alunos da camada popular eram justificados, majoritariamente, pela posição social do corpo discente. Muitas vezes o professor fica sem saber como trabalhar com a diversidade, pois essas questões não são discutidas durante a sua formação. Para trabalhar as diferenças o professor deve usar métodos organizados com base na realidade da classe. O educador não pode priorizar uma só cultura, uma só linguagem. O aluno deve ser visto como um sujeito com aptidões e dificuldades diferenciadas.

Na educação escolar se deve procurar conciliar as diferenças individuais, respeitando as diversidades culturais, sociais e individuais. Para isso o Professor não deve se preocupar com **dificuldades de aprendizagem**, mas sim com **necessidades especiais de ensino**. Sempre se deve ter em mente que a inclusão é uma ação da escola regular,

é um método progressivo, lento, que é complexo, que tem que ser estabelecido aos poucos.

A diversidade não é uma dificuldade e traz um desafio enriquecedor ao processo de ensino–aprendizagem, que fica mais responsável e comprometido. Quando se fala em trabalhar as diferenças, estamos nos referindo à educação inclusiva, que não é um projeto isolado de alguns professores, mas é um projeto educativo de toda a escola. Esse projeto articulado e coletivo deve ter como referência central de tomada de decisões a diversidade e as diferenças individuais.

A escola é composta de diferentes olhares culturais e os seus currículos devem ser abertos e flexíveis para atender as peculiaridades sociais e culturais de seus alunos. Com o estudo dessa realidade se buscou o apoio recíproco entre educadores como uma tática primordial para se dar resposta à desigualdade, só assim teremos uma escola colaboracionista em seu coletivo.

A inclusão e a participação são alternativas que obrigam a olhar a diversidade e trabalhar com ela e não contra ela. O professor deve ser um educador e um profissional–cidadão, que seja capaz de exercer seu profissionalismo através da consciência crítica sobre o saber que se socializa na escola. Todos precisamos estar sempre atualizados para podermos acompanhar o desenvolvimento da sociedade, as mudanças de modelos, as transformações e diferenças culturais, sociais e pessoais. As pessoas precisam ser aperfeiçoadas e estimuladas para assumir suas potencialidades e suas limitações, para enaltecê-las ou superá-las, buscando um equilíbrio. A educação é para toda a vida.

Ninguém nasce incluído, nem está sempre incluído. A exclusão tem sua dimensão de acordo com trajetórias de vida diferentes, nas quais relações étnicas, raciais, de gênero, de classe, entre outras, são

importantes. É necessário entender quais são os processos que perpassam a vida de cada criança e, o fazer diário das escolas que provocam situações de exclusão. O que precede a exclusão escolar? Como tarefa importante da pedagogia e da sociologia da educação, existe um respaldo legal para que a escola esteja direcionada a garantir, dentro do processo educacional, uma escolaridade igualitária e significativa para todos.

Considerando a realidade da escola regula, o que se necessita é de condições para atender às necessidades indispensáveis como: estrutura adequada, material didático, capacitação de professores e demais segmentos atuantes no contexto educacional.

Embora as mudanças já estejam ocorrendo, ainda são muito lentas. A sociedade precisa assumir mais concretamente o seu papel, criando condições necessárias para acontecer a inclusão, pois a diversidade não é defeito, não precisa ficar isolada, exige sim respostas de caráter pedagógico e com melhor qualidade.

## **2. INCLUSÃO DE UM ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR**

### **2.1. A Educação Inclusiva e a Escola para todos**

Os alunos do ensino fundamental estão separados por séries, o currículo organizado por disciplinas e o conteúdo selecionado pelas coordenações pedagógicas, pelos livros didáticos. Assim diz Pinho (1996,p.77), por uma "inteligência", que define os saberes úteis e a seqüência em que devem ser ensinados, nas escolas.

Sabe-se que a escola fundamental é prisioneira da transmissão dos conteúdos curriculares e os alunos de sua reprodução, nas aulas e nas provas. A divisão do currículo em disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa, etc. fragmenta e especializa o conhecimento e faz do conteúdo de cada uma dessas matérias um fim em si mesmo e não um meio para esclarecer o mundo em que vivem e para entender melhor a si mesmo. Com essas referências se diz que a dificuldade de aprendizagem tem causas e desenvolvimentos múltiplos, exigindo cada vez mais pesquisas em diversos campos do conhecimento para que o contexto educacional tenha uma visão mais ampla sobre o tema, oportunizando realmente essa mudança que a escola para todos exige.

No tempo de aprender das séries escolares, é preciso seqüenciar, hierarquizar e fundamentar a complexidade do conhecimento pois, este é o básico, o elementar do saber.

Se vê, nessa realidade que a dificuldade de aprendizagem é um fenômeno delineado em contornos inclusos no bio–psico–social, no cultural, histórico, político e ideológico, passando por uma perspectiva complexa e em constante interação, onde a escala de valores que era atribuída às disciplinas, em que a Matemática reina absoluta, como a mais importante e poderosa, enquanto as Artes, a Educação Física quase sempre estão lá para trás, já estão ultrapassadas. O erro tem de ser banido, pois o que é “passado” pelo professor é uma verdade pronta, absoluta e imutável.

Reprovam–se, então, os que tentam transformá–la ou estão processando a sua construção, autonomamente. Com esse perfil organizacional, pode–se imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é não deixar ninguém de fora da escola regular, ou seja, proporcionar um ambiente de aprendizagem a todos os educandos respeitando e atendendo suas necessidades ou diferenças, indistintamente.

De acordo com Pinho (1996, p. 78):

A escola sente–se ameaçada por tudo o que ela criou para proteger da vida que existe para além dos muros e paredes, visto que os saberes mudam em suas formas de transmissão em função de uma nova proposta inclusiva, que traz consigo princípios básicos de aceitação das diferenças individuais, valorização de cada ser humano como único e rico à sua maneira e de uma aprendizagem que se constrói convivendo com a diversidade e com mútua cooperação.

Segundo Mantoan (1997,p.23):

Na verdade, todas as estratégias e argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão refletem a sua incapacidade

de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Estes não são virtuais, categorizáveis, mas existem de fato, compõem-se de pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados; representam diferentes segmentos sociais, que produzem e ampliam conhecimentos e que têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam.

A escola enquanto espaço de formação, diz respeito ao desenvolvimento do educando, justificando a sua capacidade crítica e reflexiva, dos sentimentos de solidariedade e de respeito às diferenças, dentre outros valores democráticos. Assim é que são estabelecidas as categorias de alunos: deficientes, carentes, comportados, inteligentes, hiperativos e agressivos. Por essas classificações é que perpetuam as injustiças na escola; por conta delas é que a escola se protege do aluno, na sua singularidade.

Essas especificações acima detalhadas são argumentos que reforçam a necessidade de se criarem modalidades de ensino, espaços, e programas segregados, para que alguns alunos possam aprender. Sem dúvida, é mais fácil gerenciar as diferenças, formando classes especiais de objetos, seres vivos, acontecimentos, fenômenos, pessoas... Mas, como não há mal que sempre dure, o desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a dicotomização do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão real do ensino e da aprendizagem.

Segundo Carvalho (2000:p.106):

A escola deve proporcionar a todos conhecimentos e capacidade crítica, isto é, as ferramentas estratégicas capazes de contribuir para a criatividade para o pleno desenvolvimento individual, bem como para o enfrentamento da pobreza. Todos esses são valores defendidos na proposta de educação inclusiva.

Com isso, as reflexões sobre a inclusão, com essa denominação, foram desencadeadas e, está sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças de todos os que colocam nos alunos a incapacidade de aprender.

Sabe-se, que se pode direcionar de maneira real, atual e pedagogicamente acessível à toda a educação escolar, segundo novos paradigmas, preceitos, ferramentas e tecnologias educacionais. De fato, as condições que se tem hoje, para transformá-la nos autoriza a propor uma escola única, em que a cooperação substitui a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos sejam evidenciados e bem direcionados para a criação de novos conhecimentos..

A elaboração e a execução de currículos, em todos os níveis de ensino, implicam em interação e não mais em distribuição e transmissão do saber por via unilateral e hierarquicamente direcionada, do professor para o aluno. Eles podem e devem ser co-autores de sua própria aprendizagem, dos planos escolares, compartilhando todos os seus atos com a comunidade escolar, do planejamento à avaliação, e respeitando-se mutuamente na participação de cada segmento, tanto no elaborar como no executar o Projeto Político-Pedagógico de Ensino, que direciona as ações e atuações do contexto educacional em função da realidade da escola.

As turmas escolares passam a ser organizada de maneira que haja um melhor desenvolvimento e uma formação adequada ao nível e ao ensinar -fazer de cada turma, dentro de suas características e, assim o tempo de aprender passa a ser um aliado e não mais um inimigo dos alunos, onde os professores recuperam a "inteligência" escolar e o poder passa para as mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação.

As técnicas, a vivência do que é real, usos e costumes da comunidades, são as ferramentas e estão presentes no aprender, para que

as mudanças aconteçam, urgentemente, e para que não precise se reinventar a escola que se precisa hoje, desconstruindo a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta, os pilares teóricos–metodológicos, embasados em conteúdos e experiências práticas em que ela se sustenta.

Os três pilares básicos: Escola–Família–Comunidade são os grandes aliados que estão empenhados na construção da nova escola brasileira — a escola inclusiva, aberta às diferenças. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada mudança dos modelos educacionais que, amparados legalmente exigem o melhor para o educando, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e/ou maquiando o que sempre existiu.

Assim como os conceitos sobre os não incluídos ou excluídos vêm evoluindo, as atitudes sociais voltadas a eles também se modificam, principalmente devido ao progresso científico e tecnológico, que não os considera totalmente incapazes de aprender. Eles precisam, sim, é de métodos especiais para desenvolver–se cognitivamente e socialmente.

No período dos anos 60 a 70 da história educacional revela que crianças diferentes eram marginalizados ou objetos de assistencialismo, passou–se para a época atual em que surgiu, através de movimentos determinados classistas, a conscientização do papel do humano, começou no setor educacional a ressocialização do aluno pobre, negro, diferente ou deficiente nas escolas e classes consideradas regulares de ensino. *“Mas sempre, e até hoje, essas atitudes sociais distintas coexistiram, embora caracterizem particularmente cada época” (MAZZOTA, 1993, p. 45).*

Muito se avançou graças às ações oriundas desses movimentos, o que reforça a necessidade de aproveitar todas as oportunidades para examinar as reivindicações dos integrantes de qualquer desses grupos que, com amparo legal, fortalecem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, sem esquecer da trilogia fundamental: acesso, ingresso e permanência desses alunos na escola regular.

Até meados do século XX, o atendimento dado à educação e reabilitação dessas pessoas estava concentrado em instituições especializadas, onde suas possibilidades de convívio considerados “normais” eram bastante reduzidas. De início, a educação especial seguiu um modelo médico–patológico, segundo o qual o aluno era classificado de acordo com o grau de deficiência e tratado dos demais indivíduos.

Dessa maneira, *“a educação não permitia que seus educandos se beneficiassem das situações comuns de ensino”* (STAINBACK, 1999, p. 25).

Ferreira (2001,p.15) diz que *“a educação especial baseia-se em princípios como o da normalização e o da integração. Entende-se por normalização o ato de tornar normal, submeter-se à ordem, padronizar-se”*.

Todavia, conforme o autor acima citado, o termo “normalização”, bem como o termo “regular” denotam um sentido de exclusão do que não é regular, o que está fora do padrão. Entre a ilusão “igualdade para todos” e aceitar as diferenças há uma grande distância. Assim como oferecer ao deficiente a “inclusão” (fechando-o em outro local) sem os necessários cuidados, é negar essa aceitação.

Lagranha (2000,p.11), lembra que:

A Constituição do Brasil, a exemplo de outras de países da civilização ocidental, defende a educação escolar para todos como o meio de assegurar-lhes idênticas condições de acesso à cultura e à preparação para uma profissão e para ser um cidadão com todos os direitos inerentes à sua natureza. Assim sendo, o desenvolvimento das potencialidades humanas é fundamental, e cada indivíduo pode desenvolver-se da melhor forma possível, dentro de suas limitações, se não lhe forem negadas as oportunidades.

O autor reforça o sentido de que na base de tudo está o princípio democrático da educação para todos, e que só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos e não apenas em alguns deles.

Para a tutela jurídica dos *interesses coletivos e difusos* das pessoas com Necessidades Educacionais, foi outorgada ao Ministério Público, à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, bem como às associações constituídas a mais de um ano (na forma da lei civil), às autarquias, às empresas públicas, às fundações e às sociedades de economia mista que inclua entre as suas finalidades institucionais a proteção àquelas pessoas, legitimidade para *proposição de ação civil pública*.

Regulamentando a lei em questão, foi publicado o Decreto 914, de 06/12/93, posteriormente, revogado pelo atual Decreto 3298/99, que instituiu a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Assim como a lei comentada, a instituição dessa política objetivou assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais daquelas pessoas.

Em todo ato educativo ocorre uma marca que molda e que possibilita uma certa condição existencial.

Lajonquière apud Vasques, 2000: p.14) diz:

Em toda a educação está a questão da transmissão de um conjunto parcial de conhecimentos ou uma amostra daquilo que os outros soubera, acumular com antecedência. Porém, aquele que aprende algo, não só adquire um certo domínio sobre algum dos mundos possíveis – aquele das letras, da natureza, ou das virtudes humanas, dentre outros – mas também é marcado pelo apreendido no próprio coração da vida.

Vasques, (2000, p.15), salienta que “a educação não se esgota na transmissão de conhecimentos específicos. O valor do ato educativo e da inserção escolar é viável para todas as crianças, em especial para aquelas que necessitam de cuidados especiais, por serem consideradas diferentes, deficientes e destinadas erroneamente à segregação”

Considera-se que a Nova legislação – LDB 9.394/1996, deu obrigatoriedade às escolas regulares para que alunos com necessidades educacionais especiais sejam incluídos, como também, com essa realidade oportunizou no contexto escolar uma reflexão nesse sentido a procura de recursos e maneiras de melhor enfrentamento dessa causa nova para a escola pública.

O perfil do professor para uma escola inclusiva teria de ser aquele que privilegie as potencialidade dos alunos, que suporte a diversidade e não se deixe paralisar pelo limite. Cabe à escola, no entanto, algumas alterações significativas em sua estrutura e funcionamento. Pois não basta integrar o aluno numa escola.

Vasques, (2000, p. 16):

Diante de crianças que não aprendem ou aprendem de maneira diferenciada, a escola e os professores precisam reinventar o investimento feito nesses alunos a fim de que mais uma vez eles não venham a fracassar, ocupando o lugar de falência social.

O desafio de oferecer a todos os alunos, uma aprendizagem de melhor qualidade, independente de raça, cor, religião, classe social, política e econômica, dando condições das mesmas possibilidades sociais e os mesmos meios efetivos e eficazes de inserção social e cidadania. Desde que os educadores acreditem na inclusão escolar e na reabilitação do aluno deficiente a um nível que lhe garanta uma vida normal na sociedade. Essa realidade não se resolve só com leis.

Segundo Vasques (2000, p.14):

Precisa práticas, informações e amplas discussões entre os segmentos sociais acerca dos variados aspectos envolvidos nessa questão. Precisa assegurar a possibilidade de toda criança seu lugar na escola, pois ela é um espaço privilegiado de transmissão de cultura.

O professor inclusivo não vai resolver todos os problemas de todas as crianças. As dificuldades devem ser trabalhadas com o apoio de outros colegas e especialistas. Por isso a inclusão escolar tem sido tão combatida ou protelada. O pouco que as elites sociais fizeram pela educação especial partiu de líderes que estavam relacionados a pessoas de alguma forma com necessidade educacional especial. Todos somos de alguma forma especiais, pois somos diferentes, temos nossas deficiências e precisamos de atenções individualizadas.

Segundo o entender de Stainback (1999), deve haver no currículo uma perspectiva multicultural aplicável ao conceito de inclusão, de modo a ajudar a criança a reconhecer e aceitar sua participação como membro de muitos grupos diferentes; e de poder sentir-se parte de uma sociedade mais ampla, além da escola e da família. O currículo deve estimular a abertura para os outros, um interesse e uma disposição de aceitar o outro com suas diferenças e relacionar-se bem com ele. O desejo

de ajudar o outro e cooperar em toda a atividade educativa precisa estar sendo estimulado nas classes e escolas inclusivas.

É preciso, ainda, que a escola procure desenvolver no aluno a capacidade de analisar e criticar seu ambiente social, não aceitando tudo como inexorável, mas sim capaz de mudar pela vontade e disposição dos homens.

## **2.2. O Direito a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência**

Após muita luta, empreendida pelos movimentos sociais ligados ao portador de deficiência, surge em 1975 a "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes" resolução elaborada pela Organização das Nações Unidas, aprovada pela sua Assembléia Geral e mundialmente enfatizada em 1981 – o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), que teve como tema "Participação e Plena Igualdade" ( SALAMANCA,1994).

Conforme Bueno (1999), salienta que acompanhando este movimento mundial, no Brasil, em 1989, o então Presidente da República José Sarney, sancionou a Lei 7.853, publicada em 24 de outubro 1989, dispondo sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público e definindo crimes.

O texto legal instituiu que na sua aplicação e interpretação seriam considerados os valores básicos da *igualdade de tratamento e oportunidade*, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, além de outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

Visou a legislação em pauta garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo, à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie. Ademais, alçou a matéria à obrigação a cargo do Poder Público e da sociedade, criando um direito público subjetivo.

Com essa realidade nem sempre a garantia da qualidade do atendimento educacional oferecido a todos os alunos está na condição do atendimento conjunto, mas o professor sempre se mostra atento a todas as reações e intenções das crianças nas atividades em classe, sendo retirado da montagem da escola os preconceitos em relação a todas as deficiências, para a busca da cidadania plena, onde os valores deverão ser defendidos na proposta de educação inclusiva.

A Constituição (1988), diz que para a tutela jurídica dos *interesses coletivos e difusos* dos portadores de deficiência, foi outorgada ao Ministério Público, à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, bem como às associações constituídas a mais de um ano (na forma da lei civil), às autarquias, às empresas públicas, às fundações e às sociedades de economia mista que inclua entre as suas finalidades institucionais a proteção àquelas pessoas, legitimidade para *proposição de ação civil pública*..

Regulamentando a lei em questão, foi publicado o Decreto 914, de 06/12/93, posteriormente, revogado pelo atual Decreto 3298/99, que instituiu a política nacional para a integração da pessoa com deficiência.

Assim como a lei em vigor, a instituição dessa política objetivou assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais daquelas pessoas.

Da leitura dos textos legais, acima identificados, compreende-se que todo o conteúdo do direito à integração das pessoas portadoras de deficiência, está no campo das liberdades positivas que requerem prestações a serem desenvolvidas pelo Estado, para a sua concretização (liberdades positivas).

De acordo com a terminologia utilizada por Olney Queiroz Assis (apud GARDNER,2004), as liberdades públicas (aqui, o termo "liberdade" não está sendo utilizado como direito de primeira geração), como atualmente concebidas, compreendem, além de um direito individual (liberdade negativa), um direito a uma prestação do Estado (liberdade positiva). Desse modo, as liberdades positivas podem ser entendidas como certos comportamentos permitidos e garantidos pelo Estado, que os efetiva por meio de instrumentos específicos.

Essas prestações positivas por parte do Estado, passam a ser exigidas a partir do início do século XX, quando a necessidade dos alunos não se cinge mais, tão-somente, à garantia de direitos sociais e individuais, por meio de previsão constitucional ou de edição de leis. Nesse momento, a sociedade quer estar em contato com esses direitos, exigindo do Estado o fornecimento dos meios para o seu exercício.

A evolução histórica demonstra, assim, que o indivíduo julgou insuficiente a garantia de direitos pelo Estado (de expressão, de domicílio, de sigilo de correspondência), exigindo uma atuação efetiva daquele, ou seja, uma prestação positiva. Ao lado, portanto, das liberdades negativas (comportamentos garantidos, sem ingerência do Estado), convivem as liberdades positivas (obrigações de o Estado comparecer para a prestação de certas tarefas).

Conforme o pensamento de Mantoan (2001), o direito a eliminação de barreiras arquitetônicas na sociedade e na educação gera uma obrigação de o Estado promover ações que levem à medidas renovadoras para que haja mudanças em relação ao ensino–aprendizagem, igualitário e para todos. Somente a partir da participação efetiva do Estado, é que tal direito poderá se concretizar. Não se trata, portanto, de exigir uma abstenção estatal para que o direito não sofra uma interferência, tal como a primitiva idéia de liberdade, mas exatamente o contrário. A realidade hoje, é estar diante de uma típica necessidade de intervenção do Estado para que direito legal saia do papel e seja cumprido na íntegra. Trata–se da necessidade de que se efetive as ações no atuar positivamente, com a finalidade da garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Todo o aparato legal está revelado por meio da Lei n. 7.853/89 e do Decreto nº 3.298/99 que necessita, para a sua cristalização, de atitudes concretas do Poder Público (PCN,1998). Não basta, segundo o conceito de liberdade pública, somente a disposição legal. Há a necessidade da efetiva atuação estatal para que as pessoas portadoras de deficiência tenham garantido o seu direito à integração social, onde o Estado precisa agir positivamente, de modo a colocar os detentores desse direito em contato com os mesmos, fornecendo os meios para o seu exercício.

Nesse sentido, o significado do direito a integração social das pessoas portadoras de deficiência está no executar o conteúdo desse direito, passando obrigatoriamente pelo direito à saúde, ao trabalho — protegido ou não — a vida familiar, a eliminação de barreiras arquitetônicas, ao transporte, a educação, ao lazer e a seguridade social.

Entretanto, lembra Mantoan (2001), que existe um outro direito que permeia todos os acima mencionados e que se constitui na razão pela

qual esse conjunto necessita ser garantido: *o direito à igualdade*. Ou seja, a *inclusão social* das pessoas portadoras de deficiência é pressuposto essencial para a garantia desse direito à igualdade.

Diante disso, o *direito à igualdade* surge como regra de equilíbrio dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e somente entendendo-se esse princípio é possível compreender-se o tema da proteção excepcional devida às mesmas. O entendimento do princípio da igualdade pressupõe o conhecimento dos dois sentidos dessa palavra. Assim, no entender do autor a regra isonômica não admite qualquer privilegio, tratando igualmente as pessoas. Isto, é o que se denomina *igualdade formal* ou *igualdade perante a lei* (Araújo, 1994,82).

Por outro lado, segundo o mesmo autor, art. 5º, inciso I, da Constituição Federal, o que está implícito no direito à integração da pessoa portadora de deficiência, cuida e realça certos valores, direitos de pessoas ou grupos, que necessitam de proteção especial, especificamente ou distinguindo tais situações. Conforme, Araújo (1994,p.82), “*o modelo adotado pela constituinte, está diante de uma autorização para desigualar. Isto é o que se denomina igualdade material ou igualdade na lei*”.

A igualdade de tratamento, deve ser quebrada diante de situações lógicas que, obviamente, autorizem tal ruptura. É, todavia, razoável entender que a pessoa portadora de deficiência tem, pela sua própria condição, direito à quebra da igualdade, em situações nas quais participe com pessoas sem deficiência.

É correto, com isso, afirmar que a pessoa com deficiência tem direito a um tratamento especial de saúde ou a criação de programas de educação especial ou, ainda, ao acesso livre a qualquer local, por meio da eliminação das barreiras oriundas da sociedade.

Segundo Mantoan (1997,p.29):

O Direito autêntico e global não pode ser isolado em campos de concentração legislativa, pois indica os princípios e normas libertadores, considerando a lei um simples acidente no processo jurídico, e que pode, ou não, transportar as melhores conquistas.

Partindo dessa premissa, é lógico afirmar que a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", instituída pela Lei n. 7.853/89 e pelo Decreto n. 3.298/99 necessita, efetivamente:garantir o direito à inclusão social dessas pessoas, ou seja, seu direito à igualdade, porque, muitas vezes, os indivíduos, no dizer do autor, *"têm a norma legal, mas não detêm os meios de promovê-la, como se manietassem um prisioneiro e lhe pusessem à frente, faminto, as mais finas iguarias e manjares orientais"*(1997,p.28); e atender aos anseios dos movimentos liderados por aqueles que devem beneficiar-se dela.

Ou seja, o substrato jurídico deve atender à perspectiva social e, mais uma vez, garantir o direito à igualdade das pessoas portadoras de deficiência, porque, nem sempre, a vontade do legislador representa as necessidades da coletividade ou dos grupos que a norma jurídica editada procurou proteger.

Por sua vez, Calvino (1990) considera os direitos da primeira geração,individuais; os da segunda, sociais; e os da terceira, direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz, ao patrimônio comum da humanidade, à comunicação, são infra-estruturais, formam a pirâmide cujo ápice é o *direito à democracia*.

Os Direitos de 4ª Geração – UNIVERSALIDADE: direito à democracia, à informação e ao pluralismo – formam o ápice dessa pirâmide, seguido dos Direitos de 3ª Geração – FRATERNIDADE:

direitos ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito de comunicação; dos Direitos de 2ª Geração – IGUALDADE: direitos sociais, culturais e econômicos, direito à inclusão social das pessoas com deficiência e, finalmente pelos Direitos de 1ª Geração – LIBERDADE: direitos individuais - direitos civis e políticos. Os Direitos de 3ª geração, dentre os quais o direito à inclusão social das pessoas com deficiência formam o alicerce dos direitos universais.

Dessa forma a garantia do direito à inclusão, e, em última análise, do direito à igualdade dos portadores de deficiência, é essencial para a proteção do seu direito à DEMOCRACIA, direito este que, sendo de quarta geração, compendia o futuro da cidadania e o porvir da liberdade dessas mesmas pessoas, criando e mantendo os pressupostos elementares de uma vida em liberdade e na dignidade humana.

Embora seja correta a assertiva de que a Constituição já contempla esses direitos — a igualdade e a democracia — é, também, certo afirmar que esse texto carece de realização para que se torne eficaz. Nesse sentido, o que se necessita é a concretização do texto constitucional, por meio da posição dos sujeitos desses direitos (pessoas com deficiência) ao seu efetivo exercício. No caso, há necessidade de mediação do poder público - atuação *governamental*, por meio da expedição de *atos executivos* - para essa operacionalização, inobstante a existência da Lei 7.853/89 e do Decreto 3.298/99.

De acordo com a realidade do aluno observado, com Paralisia Cerebral, sabe-se que não é uma doença ; é ao contrário, uma categoria de deficiência que inclui pacientes com o tipo de problema: distúrbios crônicos não-progressivos de movimento ou da postura com início

precoce prematura. Os locais anatômicos de envolvimento, os graus de deficiência motora associada às disfunções e as causas são heterogênicos.

Conforme Tecklin (2002,p.101), “A paralisia cerebral freqüentemente está associada com dificuldades neurológicas, incluindo o retardo mental”.

Considera-se paralisia cerebral uma alteração do movimento e da postura conseqüente a uma lesão cerebral em um cérebro em desenvolvimento, que não tem caráter progressivo, na maior parte dos casos. As causas determinantes podem ser múltiplas e o comprometimento se evidencia no período pré-natal, perinatal e no período pós-natal. Considerando-se a amplitude da lesão cerebral, nota-se que, além do comprometimento motor e postural, existem outros distúrbios associados, como a epilepsia, as alterações auditivas, as visuais, a defasagem da comunicação, do desenvolvimento neuropsicomotor e as alterações comportamentais. Pode-se destacar, entre as alterações de comportamento, a hiperatividade, que se manifesta em 25 a 30% dos pacientes com paralisia cerebral.

### **2.3. A Escola a Caminho da Inclusão de Deficientes**

Esta cada vez mais freqüente em nossa realidade escolar, a presença de alunos com necessidades educacionais especiais, levando muitas escolas a desequilíbrio quanto a forma como vem se concretizando o processo educacional.

Segundo STAINBACK (1999): Cada vez mais torna-se realidade, na rede de ensino regular, crianças e jovens com necessidades especiais de aprendizagem, exigindo mudanças, não só de educadores, mas, de toda a comunidade escolar.

É uma tarefa árdua, sendo também necessário reconhecer, questionar, quebrar preconceitos, estimulando generosidade, acolhimento e respeito. O processo inclusivo integrou a Comunidade escolar considerando a educação especial como parte do ensino regular, o qual falta: quem educa, educa todos. O que se necessita é de condições para atender as necessidades indispensáveis como: estrutura adequada, material didático, capacitação de professores, bom como de toda a equipe da escola. Rever a formação

Embora as mudanças já estejam ocorrendo, ainda são muito lentas. A sociedade precisa assumir mais concretamente o seu papel, criando condições necessárias para acontecer a inclusão, pois, a educação de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e, antes de mais nada, educação. Portanto a diversidade não é defeito, não precisa ficar isolada, exige sem resposta de caráter pedagógicos e com melhor qualidade.

Conforme Bueno (1999,p.34), *“se a escola está aberta, é um espaço inclusivo. É preciso, muito cuidado com a filosofia de educação que sustente o projeto político-pedagógico, como também o currículo”*.

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) garantem atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências. Existem alunos de nossas escolas regulares que apresentam algum tipo de deficiência, assim a Escola precisa estar preparada para lidar, no seu interior, com as diferenças. É preciso capacitá-la para trabalhar a unidade na adversidade.

Como afirma Stainback e Stainback (1999,p.25):

Todos sabemos da necessidade de se construir prédios acessíveis, bem como de garantia de direitos aos portadores de deficiência. Ocorre que freqüentemente depara-se com profissionais de varias áreas indagando: mas crianças surdas deficiente mental, tem mesmo que ser matriculado no ensino regular? Isso pode ser benéfico? A escola precisa ter livros em braile? Por que gastar tanto com acessibilidade.

Todas essas perguntas demonstram que a criança com deficiência é visto como alguém diferente, que é acolhido num gesto de benevolência, cuja a simples visão causa receio, às vezes mo medo de chegar perto por não saber como tratar.

De acordo com ( STAINBACK, 1999, p.17).

Nossa sociedade não precisa engrajar suas crianças primeiro no mundo da matemática e da ciência. Ela precisa cuidar de suas crianças, para reduzir a violência,para respeitar o trabalho honesto de qualquer tipo, para recompensar a excelência em qualquer plano, para garantir um lugar para cada criança e cada adulto emergente no mundo econômico e social, para produzir pessoas que possam cuidar de maneira competente de suas próprias famílias e contribuir eficientemente para suas comunidades.

Enquanto a visão for simples integração das pessoas portadoras de deficiência, e não entender como “viver” a inclusão, a exclusão permanecerá. Na verdade o que se quer é a construção de uma sociedade inclusiva, compromissada com as minorias dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.È importante salientar a diferença dos termos integração e inclusão, pois a maior parte da legislação, inclusive a Constituição Federal, utiliza o primeiro, assim como a maioria dos órgãos públicos. Ocorre que existe em movimento

mundial de Inclusão da pessoa portadora de deficiência e não mais uma simples integração.

O autor anteriormente citado considera que integrar significa adaptar-se, acomodar-se, incorporar-se. Não é a melhor palavra porque se presume que se trata da reunião de grupos diferentes. Reflete sempre uma ação do deficiente para tentar adaptar-se, incorporar-se. Já a inclusão não. Ela significa envolver, fazer parte, pertencer. Representar uma ação da sociedade que vem envolver parte dessa mesma sociedade o qual está excluída por falta de condições adequadas. Significa trazer para dentro de um conjunto alguém que já faz parte dele.

#### **2.4. A Escola Regular e a Inclusão**

A legislação, desde a Constituição Federal até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garante a inclusão da Educação Especial no Ensino Regular. Portanto, a matrícula compulsória de crianças portadoras de necessidades especiais, inclusive a deficiência auditiva, visual e mental, já é uma realidade em nosso País, em algumas escolas, porque nem todas estão preparadas para a inclusão. Como consta na Lei nº 9.394, (SEE, 1996).

Ocorre que como a Lei demora muito a ser cumprida e tendo em vista certos termos utilizados como “preferencialmente”, “sempre que possível”, ainda há muito trabalho de conscientização a ser feito. Boa parte de nossos educadores sequer sabe o que é educação inclusiva, da obrigação legal de admitir alunos com deficiência, ainda que mental, e o que é pior, não conhecem os benefícios para alunos diferenciados dos demais na inclusão até para os ditos normais. As experiências com este convívio são maravilhosas, fazem com que qualquer pai de criança,

normal que conviva com uma criança com necessidade especial, sinta-se extremamente orgulhoso do filho, do quociente emocional por ele adquirido com essa convivência.

Existem dispositivos legais prevendo a compulsoriedade da matrícula, mas desde que a criança com deficiência seja “capaz de se integrar na rede regular de ensino”(AZEVEDO,1997,p.115). Não que a Constituição Federal garantiu, mas de qualquer forma, tais artigos devem ser interpretados no sentido de que representam sim uma alternativa, mas apenas para aquelas situações em que, apesar de todo o sistema inclusivo, a criança com deficiência não consegue se integrar em razão de algum outro problema. Exemplo: o deficiente mental de vinte anos, que sequer teve estimulação adequada não deverá ser colocado numa sala com crianças de seis anos de idade.

Todavia, se admite que em certos casos a integração não ocorre e nem será recomendável, pois a inclusão escolar não é um processo em si mesmo, dissociado de outros, igualmente sociais.

É curioso e lamentável notar como a discriminação, no caso de crianças, até provocou diferentes denominações como: quando abandonadas, deficientes ou diferentes, carentes, infratoras, perambulando pelas ruas, ou segundo sua direção de pobreza, eram e são chamadas de “menores”. Na condição de menores passam para a responsabilidade do Ministério da Justiça, perdendo seu estatuto de infâncias, sendo exigido segundo as representações sociais a seu respeito, mecanismos de “Proteção Judicial” (ECA,1990).

Basta uma leitura das normas em conjunto para se perceber que a intenção, na verdade, é incluir, pois se exige ações da sociedade visando o acolhimento desse grupo e não que deficiente venha se adaptar.

## 2.5. Formação de Professores

O trabalho pedagógico o qual refere-se Azevedo (1997) seria estrutura adequada, educadores especializados para atender todas as necessidades especiais, que os alunos incluídos possam apresentar: livros em braile, profissionais que saibam a língua de sinais. Enfim, o sucesso da educação inclusiva nas escolas de ensino regular depende de vários fatores, não podendo se efetuar simplesmente por decreto, sem que sejam avaliadas as reais condições que possibilitem a inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada.

A simples inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, sem qualquer tipo de apoio ou assistência aos sistemas regulares de ensino podem resultar em dificuldade de aprendizagem, pois apresentam problemas graves de qualidade, tanto em estrutura quanto em formação de professores. Esta deficiência é expressa pelos altos níveis de repetência, evasão e baixos níveis de aproveitamento na aprendizagem.

Bueno (1998) afirma que:

O fato da formação do professor para a Educação Especial tem sido incluída como habilitação dentro de um curso que, regra geral, tratou a formação docente como subproduto da formação do especialista, contribuiu, de forma decisiva, para que se formasse um docente especializado, com muita pouca formação como professor.

Constata-se, após pesquisa bibliográfica e observação, que há formação de professores para atuar no ensino especial, os quais não tiveram qualquer experiência teórico-prática mais consistente, como professores do ensino fundamental. Pois com de vivência em escola, sabe-se que os professores têm dificuldades e nem sequer foram capacitados adequadamente para lidar com os alunos ditos “normais”, quanto mais com aqueles que apresentam diferenças ou deficiências.

Como revela Bueno (1998, p.42):

Na medida que estas habilitações centravam a formação de professores especializados nas dificuldades específicas dessa ou daquela deficiência, reiterou ainda mais uma especificidade que não levou em conta perspectivas ampliadas sobre a relação do fracasso escolar e processos pedagógicos.

A sociedade inclusiva deve ter por objetivo maior, reduzir a injustiça, o preconceito e a desigualdade social, onde haja a mudança que necessita o sistema educacional. Temos que nos preparar e aos nossos alunos para que eles aprendam a conviver uns com os outros. Para saber o que fazer neste mundo novo, onde o símbolo, a imagem e o signo serão produtos constantes.

A educação inclusiva é a realidade possível da sociedade contemporânea. Então, o que se busca através de qualificação é que professores do ensino regular e professores do ensino especial revejam sua prática, com o objetivo único, de parceria para a melhoria da educação.

Assim como o próprio texto afirma (UNESCO,1994), a Conferência de Salamanca:

Proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de educação para todos formado em 1990 (...). Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nessas iniciativas, e a tomada de seus lugares de direito nessa sociedade de aprendizagem.

Em suma as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendam a ser pessoas.

### **3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

#### **3.1. Contextualização no Método**

A presente pesquisa foi realizada com a Equipe Diretiva, Professora Especializada que dá assistência na APAE e Professora Regente de uma criança com Paralisia Cerebral de uma, Escola Municipal de Ensino Fundamental de Séries iniciais 1ª a 4ª Séries da zona periférica da cidade de Caçapava do Sul.

Através de uma pesquisa qualitativa, constatou-se várias respostas sobre o tema em questão, uma vez que esta metodologia serve para fazer uma análise dentro de um tema amplo, pois para Godd e Hatt, 1968 apud Ludke e André, 1986: p.17): “o estudo de caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo, que busca retratar a realidade de forma completa e profunda”. Se entendeu com isso que visa à descoberta mesmo que se tenha alguns pressupostos teóricos iniciais, este método procura manter constantemente atento a novos elementos que surgem no decorrer do estudo.

Considerou-se, ao desenvolver este trabalho, cujo tema foi “Inclusão de um Aluno Especial na Escola regular, a experiência vivenciada e teorizada no decorrer do Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional, conhecer a opinião da classe docente, visto que o conhecimento é uma atividade que por si só transforma a realidade, levando os envolvidos a uma reflexão.

O trabalho foi direcionado para o conhecimento qualitativo da realidade da escola, cuja descrição dos dados obtidos pelos entrevistados foi determinado pela real situação, que foi suficiente para analisar o assunto focado. Enquanto investigadora fiquei sempre atenta para os elementos que surgiram no momento das entrevistas, redirecionando assim o trabalho, dentro das necessidades surgidas, até para que houvesse fidelidade no estudo e, para que os membros da escola analisada, conheçam a forma completa e profunda das dimensões da situação de uma escola de ensino regular que hoje por força legal, está vivendo mudanças em torno da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais em uma Classe Regular de Ensino.

### **3.2. Contextualização da Escola**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto estudada, tem no trabalho pedagógico procurar integrar o aluno com a escola e a zona urbana através de projetos que o aluno interaja de maneira ativa e participativa, buscando uma relação de trabalho solidária, democrática e o controle hierárquico, buscando novas formas de relação de trabalho, com espaços abertos a reflexão coletiva, favorecendo o diálogo e a comunicação horizontal no processo educacional.

A escola se encontra organizada num processo ensino aprendizagem, onde procura atingir suas metas embasadas um planejamento participativo intervenções coletivas, democráticas e tentando contribuir para a superação dos problemas da comunidade escolar e ao mesmo tempo integrando-se ao cotidiano dos problemas comunitários.

Os professores procuram articular a escola e a comunidade, buscam embasamento para melhoria do ensino-aprendizagem, troca de

experiências através do pensar e agir, trabalhando comprometidos com a proposta pedagógica, mantendo a união no rumo das mudanças propostas. Uma das prioridades dos grupo de professores e a pluralidade cultural, onde possa despertar nas crianças o integrando-as a outras comunidades.

Muitas vezes os objetivos da escola não são alcançados pela precariedade de material humano para realizarem um trabalho com os pais e até mesmo com o corpo de professores. Mesmo com dificuldades procura-se desenvolver projetos agindo na realidade escolar e do município. Constituiu sua ação dentro da nova visão democrática, com a finalidade de proporcionar uma autonomia onde a comunidade escolar possa desenvolver seu próprio processo ensino-aprendizagem e administrativo através de projetos e subprojetos, buscando subsídios de acordo com a prática e realidade local.

### **3.3 Participantes do Estudo**

Participaram deste trabalho, a Equipe Diretiva (Diretora e Supervisora), a Professora Especializada em Pedagogia-Educação Especial e a Professora Regente de um menino com Paralisia cerebral que freqüenta uma Escola de Ensino regular. Na coleta foram feitas entrevistas semi-estruturadas com a finalidade de obter informações precisas sobre o assunto abordado, sendo que os entrevistados, através desta investigação deixaram explanado na íntegra a posição adotada pelos profissionais, e os objetivos da Comunidade Escolar em seu Projeto Político-Pedagógico, embasamento na Lei de Diretrizes e Bases N° 9.394/1966.

Para concluir as atividades, após a coleta de dados com a fala dos entrevistados que foram escolhidos aleatoriamente dentro da escola

com licença da Direção, sendo explanado o projeto de pesquisa, deixando claro o objeto do estudo, bem como os fins do tema abordado.

### **3.4. Instrumentos Utilizados**

Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada como instrumento, fazendo uso de métodos de observação durante a aplicação das mesmas como forma de validar e centrar os aspectos relevantes do assunto em foco.

### **3.5. Análise de Dados**

Os dados coletados foram lidos, discutidos e analisados e após relatados de forma descritiva, enfatizando-se dentro da perspectiva dos participantes, a realidade do contexto da escola em estudo sobre a inclusão e, em especial, sobre o aluno com “Paralisia Cerebral”, onde todos os elementos pesquisados foram considerados importantes.

Neste contexto a coleta de dados mostrou a realidade e a visão do que se pretende, em uma escola inclusiva, nova abordagem que atende a uma variedade de casos diferenciados, estando envolvidos por exemplo: estudantes com problemas de aprendizagem relacionadas a, disfunções, limitações e deficiências.

## **4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

Através dos dados coletados nas observações e entrevistas e com base no referencial teórico utilizado e na História de Vida do Aluno, foi possível constatar alguns fatores importantes na análise da Equipe Diretiva, Professora Regente e Professora Especializada da APAE do aluno em estudo.

### **4.1. História da Vida do Menino**

— Criança prematura, teve paralisia cerebral em função de uma anoxia no parto.

O menino, têm 9 (nove) anos, é o oitavo filho de um agricultor e a mãe é do lar. Sua mãe é uma pessoa que sofreu meningite, quando pequena, por isso é uma pessoa sem iniciativa, sem ter condições de tomar conta dos afazeres domésticos e ter cuidado com os filhos, sendo que sua sogra cuidava do filho mais velho, sendo que Lucas é o mais moço, e ela é que cuida; devido ser o último da família, mas sempre orientada pela sogra.

O menino nasceu de uma gravidez prematura de oito meses, devido um tombo que sua mãe caiu, ela tinha pressão alta, segundo a sogra, até o momento da ocorrência do desmaio ela não sabia que a mãe rever estava grávida, devido a queda foi para Cachoeira do Sul desenganada. Quando recuperou-se, o menino nasceu de parto normal, o

bebê nasceu com um quilo e seiscentas gramas, ficou três dias hospitalizados e mandaram para casa, mas o menino não se alimentava e sempre gelado. A avó viu que o bebê estava mal, batizaram e levaram-no para o hospital, ficando em torno de 15 (quinze) dias hospitalizado. Até então a família não sabia que o menino era uma criança, com deficiência ou seja portadora de necessidades especiais.

Somente quando o menino começou a se movimentar, que a avó notou que o menino não mexia com o braço e a perna direita. A partir desse momento a avó foi atrás do tratamento com o pediatra. Encaminhado pelo mesmo para Cachoeira do Sul, para consultar com o neurologista Dr. Rogério Cunha, sendo que aos dois anos foi encaminhado para a Escola Especial – (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) APAE , fora fazer estimulação precoce e fisioterapia motora, bem como acompanhamento neurológico.

A partir de 1997 no decorrer das avaliações feita pela Equipe de Técnicos, o menino começou o tratamento na entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), sendo tratado por uma Educadora Especial, uma Fisioterapeuta, uma Fonoaudióloga. A família passou a ter acompanhamento psicológico e dos demais tratamentos.

O referido menino apresenta uma “microcefalia decorrente de anoxia peri-natal, e uma paralisia no lado direito, no membro superior e inferior, que prejudica o trabalho pedagógico, causando dificuldades de trabalhar com materiais como a tesoura, lápis etc.

No ano de 2000 (dois mil) foi meu aluno, já tinha participado de várias atividades, que eram desenvolvidas na sala de aula, como as atividades livres. Tinha dificuldade de sugar, não tinha controle da saliva, hoje já superou essa dificuldade.

Foi incluído o aluno em 2004 (dois mil e quatro), na Escola de 1ª a 4ª séries de Ensino Regular. Segundo o depoimento da sua professora, o menino teve grande sucesso na aprendizagem e na integração com o grupo, até mesmo com os funcionários da Escola. Ele reclama quando sente-se incomodado ou ameaçado, pede defesa aos colegas. Continua com atendimento em horário inverso na Escola Especial – (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) APAE.

#### **4.2. Comentário da Entrevista com a Equipe Diretiva**

Em entrevista com a Equipe Diretiva da Escola em que o menino em estudo está matriculado, foi comentado pela Diretora que a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Escola Regular é normativa que na realidade está sendo refletido pela Comunidade Escolar, assunto pensado desde a recomendação de Salamanca é a de que as escolas recebam, incondicionalmente, a todas as crianças que devem ser bem-vindas à escola de seu Bairro, escola em que se matriculariam se não tivessem nenhuma deficiência.

Quanto a que cidadão a Escola deve formar nessa visão inclusiva a Diretora disse que ... *“Um aluno crítico, participativo e responsável, capaz de socializar-se no mundo em que vive”*.

Nessa realidade se vê que a necessidade de superar o sistema tradicional de ensinar que é um propósito que se tem de efetivar com urgência e, essa superação refere-se ao que se ensina e ao como ensinamos aos alunos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos. A escola tem o papel de reverter uma situação que não é fácil de resolver, mas pensando em tornar um mundo mais humano e

recriar esse modelo tem a ver com o que se entende como qualidade de ensino.

Quando foi perguntado o que a Equipe Diretiva entende por inclusão de alunos com paralisia cerebral em uma Escola de Ensino regular, ressaltaram a Diretora e a Orientadora Educacional que os Professores sejam preparados para trabalhar com estes alunos, visto que a educação deve estar centrada na formação humana que se realiza através da aprendizagem, na realização do aspecto de capacitação da tarefa educacional.

A dificuldade está na visão funcional do ensino que o Professor tem e, tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado. Também se reconhece que inovações educacionais como a inclusão abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos Professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquirí-los.

Já, quanto a relação Professor–aluno, acham ser normal em sua Escola, visto não tratarem o aluno com diferença. Salientaram também a importância do papel do Professor, desde que trate o aluno com naturalidade.

A Direção em sua função, a ação de seu trabalho em favor da adaptação do fazer pedagógico do Professor para que haja um relacionamento entre a teoria e a prática no atendimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, em especial desse aluno do estudo, com “Paralisia Cerebral”, devem os mesmos estarem sempre em busca de recursos, materiais, humanos e meios que auxiliem os Professores, para que haja um melhor desempenho no ensino–aprendizagem.

### 4.3. Comentário da Entrevista com a Professora Regente

Quanto ao tipo de educação a Professora da turma em que está incluído o aluno disse que deseja formar um cidadão consciente, crítico e responsável.

Na escola em que é regente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é entendida, como uma idéia normal, dizendo a Professora... “ *Ter algum conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 e prática de casos em sala de aula, só que precisamos de apoio de especialistas dentro da escola, para uma orientação direta do que possamos fazer um trabalho pedagógico mais voltado para a melhoria do conhecimento desse aluno*”

A concepção do papel do professor e do aluno no processo do ensino–aprendizagem na realidade inclusiva é entendido pela regente da turma, do aluno estudado, que deva haver um esforço de todos os segmentos para que o ensino–aprendizagem ocorra o mais natural possível, com uma dedicação especial observatória da Professora no decorrer das atividades aplicadas em aula, para detectar que funções devam ser mais desenvolvidas para que haja maior aproveitamento de aprendizagem.

Quanto a relação Professor–aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula, foi considerado muito boa pela regente da turma, comentando até que se trata de uma criança, que não é agressiva, mas um tanto carente, talvez por ser tratada como diferente em família. Está sempre na volta da professora e que também tem ótimo relacionamento com os colegas, estando sempre enturmada nas atividades dentro e fora da sala de aula.

Considerando as conseqüências positivas da inclusão para a aprendizagem dos alunos da turma que está incluída uma criança com necessidades educacionais especiais, a professora regente falou que ... *“desperta um pouco a consciência de toda a comunidade escolar para as possibilidades, condições e potencial que esse aluno possui para desenvolver-se e, que juntamente com os demais colegas da turma é estimulado a fazer seu próprio conhecimento diferente”*.

Se na prática pedagógica a Professora consegue relacionar a teoria e a prática com esses alunos incluídos, a mesma salientou que o com atendimento totalmente individual, essa criança *“está muito bem, adquiriu muitos conhecimentos na 1ª série, continua se desenvolvendo satisfatoriamente”*.

Na escola estudada, disse a Professora Regente dessa criança, que não possui assistência com pessoas especializadas em função de suas necessidades, e que seria de vital importância essa assistência para os alunos e a escola.

Na opinião da Professora o que está faltando para que os educadores consigam obter um melhor resultado no aproveitamento de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, é que haja maior conscientização em relação ao aluno diferente, que apresenta mais dificuldades, mas tem condições de desenvolver-se às vezes, em parte e em alguns casos plenamente.

#### **4.4. Comentário da Entrevista com a Professora Especialista da APAE**

A Professora Especializada que atende essa criança na “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais” (APAE), falou que em

educação se deve formar um cidadão consciente do seu papel na sociedade, com responsabilidade e autonomia.

Consciente desta realidade acho que na classe regular esse fato está em fase inicial até porque o professor está se inteirando legal e praticamente da inclusão de uma criança diferente em turma regular, mas as escolas não têm condições físicas para esse acesso.

A especialista entende possível a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na classe regular, pois disse ... *“acredito que é um processo lento, gradativo, com necessidade de muito estudo, por parte dos Professores, Equipe Diretiva e muito investimento por parte do poder público e comunidade”*.

Sabe-se que a LDB 9.394/1996 nos diz que o que é novo e auspicioso, é a inserção da lei, de termos antes só tratados em Decretos, Portarias ou Normas, nos diversos sistemas de ensino. Muito embora, mais uma vez, a determinação de prover-se atendimento adequado do superdotado pareça “engraçado” no meio dos indicativos sobre o atendimento as crianças com deficiência nas Classes Regulares de Ensino, incluídas com todas as benefícios igualitários nos critérios das instituições.

Com relação ao entendimento professor-aluno, deve-se respeitar a possibilidade de cada aluno, sua capacidade de aprendizagem, pois a criança com necessidades educacionais especiais é um sujeito com potencial pelo qual se deve investir visto que cada pessoa tem sua maneira diferenciada de entender, aplicar e desenvolver sua aprendizagem.

Como cada aluno é diferente, seus interesses em função de aprendizagens consideradas e alavancadas de acordo com o ambiente, entendido e conscientizações em sala de aula, para que haja pessoas que possam promover a compreensão das informações.

As conseqüências positivas na inclusão, considera a professora Especialista, que... *“O principal benefício é a convivência com os alunos ditos normais, e a possibilidade de vivenciar novas situações”*.

Quanto a teoria e a prática a professora especialista, acha que os aluno inclusos tendo seus interesses respeitados dentro das diferenças individuais, sendo esclarecidas dúvidas, também a partir das trocas de idéias e experiência com os outros professores da classe regular, há um entrosamento de condições positivas de criação de seu próprio conhecimento.

O que realmente relata a Professora Especialista, para que o melhor resultado seja obtido no aproveitamento dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares em primeiro lugar é que haja um trabalho em conjunto, pois onde há uma troca de idéias e ajuda e não um isolamento do aluno deficiente, também pode haver melhora no aproveitamento, onde seja produzido novos conhecimentos.

O que nos disse a entrevistada sobre obter melhora nos resultados do aproveitamento dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, é que acredita que alguns professores estão vivenciando essa situação, bem envolvidos no processo de aprendizagem, possibilitando condições reais de produção de novos conhecimentos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa proporcionou uma nova reflexão que apontou para a importância de estratégias de apoio para a construção da Educação Inclusiva, em que se busque a ampliação do entendimento das necessidades dos alunos na sua inserção nas atividades do cotidiano escolar. Demonstra também, que a prática é uma estratégia válida, na medida em que se baseia não só treinamento de professores para atitudes mais adequadas, mas apresenta o desafio da construção, das mudanças de hábitos e valores de uma “lógica da exclusão” para uma “lógica da inclusão”, que com respaldo legal dá o direito de alunos com necessidades educacionais especiais freqüentarem uma classe regular de ensino.

Realizar a análise desta estratégia de apoio à Inclusão Escolar, buscando uma reflexão sobre este processo, se mostrou de extrema necessidade e relevância por que: a ação, a experiência, a avaliação e a reflexão constante sobre estas, são a base para quaisquer processos de construção de conhecimentos e práticas mais condizentes com a realidade em que nos encontramos; compartilhar e trocar experiências de trabalho são os subsídios na busca dos caminhos que temos a percorrer.

Construir uma sociedade e educação para todos, não é fácil, mas é possível se reunirmos forças, nos engajarmos coletivamente para mobilização de recursos, esquemas e construção de novos caminhos; a formação profissional deve ser contínua e articulada com as necessidades

cotidianas. As informações e conhecimentos teóricos devem ser mediadores neste processo que é simultaneamente individual e coletivo.

Ao concluir o presente trabalho, levou-me as seguintes conclusões: que nas circunstâncias de embasamento teórico do trabalho e opiniões experienciadas apresentadas pelos entrevistados, que nas práticas pedagógicas predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a co-autoria do conhecimento em inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, onde vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que se pode oferecer de melhor para que haja uma melhora no desenvolvimento, dentro de um ambiente verdadeiro e estimulador de suas potencialidades.

Por motivos científicos e pedagógicos, morais, filosóficos, legais e de solidariedade humana; inclusão deverá abranger a todos os indivíduos, porque com maior ou menor capacidade, cada um poderá aproveitar com a escolarização dentro de seus limites e possibilidades, como não há afirmação lógica em dizer que haja alguém incapaz de aprender alguma coisa quando desperta seu interesse e há interação adequada entre aquele que aprende e aquele que ensina; o processo de inclusão é algo ainda pouco conhecido, sofre grande rejeição por parte de pais de alunos, comunidade escolar e dos próprios professores de classe regular; portanto, para que sua continuação seja plenamente satisfatória deverá ser plenamente efetivada pelos órgãos educacionais a conscientização dos professores e pessoal que está envolvido, funcionários da escola, especialistas de educação e da área da saúde, comunidade escolar, pais, os próprios colegas de classe regular.

A escola está em fase de mudança para melhor, em métodos, recursos, estratégias de ensino-aprendizagem e, principalmente, na interação professor-aluno, aluno-aluno nas atividades de classe; escola

precisa ter uma filosofia firme que embase todos os planejamentos e atividades curriculares, direcionando seus objetivos para os ideais da realização humana. Na escola inclusiva deve ser incentivado o “sentido do outro”, ou seja, a empatia, a fim de que todos se ajudem mutuamente e sejam ajudados, mesmo por aqueles que geralmente têm dificuldades de aprender no ensino acadêmico.

Mas, muitas vezes, nas coisas práticas da vida, eles podem até ensinar alguma coisa. É importante dar-lhes uma oportunidade dessas, para que sua auto-estima seja valorizado; os professores devem preocupar-se menos com o que os alunos com necessidades educacionais especiais não aprendem para valorizar aquilo que eles conseguem aprender; a inclusão escolar, favorecendo a integração social, será benéfica à maioria da população e pode constituir-se em um fator poderoso de paz e bem-estar social, resultando em maior prosperidade no aprender deste aluno e no desenvolvimento de suas potencialidades individuais, que no conjunto em uma classe de ensino regular.

Conseqüentemente terá uma perspectiva ampla de conhecimentos adquiridos no contexto educacional que deverá elevar suas condições de igualdade e melhoria da auto-estima.

Portanto, ao terminar este trabalho, registrei que o entendido pela pesquisa elaborada, é que a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicos para cada deficiência e/ou dificuldade de aprender e, sim nos seus limites, com ensino de boa qualidade, onde deverá ser explorado convenientemente as possibilidades de cada aluno, no desempenho que a escola oferece na classe regular de ensino para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses F. *Disciplina, indisciplina e a complexidade do cotidiano escolar*. In OLIVEIRA, M.K., SOUZA, D.T. e REGO, T.C. (orgs.). *Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002.

AZEVEDO, J.L. *A educação como política pública*. Campinas: Editoras Associadas, 1997.

BRASIL, Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (Lei nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL, Congresso Nacional. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 24 de dezembro de 1996, que fixa as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB*.

BRASIL, Ministério da Justiça/CORDE. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994.

BRASIL, Ministério da Justiça/CORDE. *Normas e recomendações internacionais sobre deficiências*. Brasília, 1997.

BRASIL.UNICEF. *Declaração mundial de educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Brasília, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Cadernos CEDES*, n. 46, “A nova LDB e as necessidades educativas especiais”, Campinas, SP, 1998.

\_\_\_\_\_. Diversidade, deficiência e educação. Revista Espaço, Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, 1999.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração de Salamanca. Salamanca, Espanha, 1994.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. *Direito da Criança e do Adolescente* – Vol. 1 - Presidente Prudente/SP, 2001.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marti. *Pesquisa em educação: abordagem qualitativa*. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér . “Produções de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do Laped (Unicamp)”. In : ROSA, D.E.G. & SOUZA, V. D: de (Orgs.).*Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de Professores*,2000.

\_\_\_\_\_. *A interação de Pessoas com Deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: SENAC, 1997-1998.

\_\_\_\_\_. *Caminhos pedagógicos da inclusão*. São Paulo, Memnon Edições Científicas,2001.

\_\_\_\_\_. *Educação e Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. J. da S. *Fundamentos da Educação Especial*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1982.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Educação Especial. Cadernos CEDES – Educação Especial*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 4.ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertanrd Brasil,2001, 2002.

*Parâmetros Curriculares Nacionais*, Secretaria da Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1998.

PINHO, G.S. *Algumas notas sobre o trabalho clínico na escola especial. In; Escritos da Criança*. Porto Alegre, Centro Lydia Coriat, 1996.

STAINBACK, Susani; STAINBACK, Willia: *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.

SOUZA, Angela Maria Costa de. *A Criança Especial – Temas Médicos, Educativos e Sociais*. São Paulo: Roca, 2003.

TECKLIN, Jan Stephen. *Fisioterapia Pediátrica*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. *La Educación Especial. Situación atual y tendencias em la investigación*. Salamanca: Sigüeme, 1997.

VASQUES, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Praxis*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO COM ÊNFASE EM  
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL  
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PROFESSORA DA CLASSE REGULAR

CARGO FUNCIONAL : \_\_\_\_\_  
GRAU DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE FUNÇÃO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE SERVIÇO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA: \_\_\_\_\_

- 1) Que tipo de cidadão a Educação deveria formar ?
  
- 2) Como você entende a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, na rede de ensino estudada ?
  
- 3) Em sua concepção, qual é o papel do professor e do aluno no processo ensino–aprendizagem, dentro desta realidade inclusiva?
  
- 4) Como é a relação professor–aluno em sua sala de aula, enfocando a realidade de um aluno especial?
  
- 5) Quais as conseqüências positivas da inclusão para a aprendizagem de seus alunos?
  
- 6) Em sua prática pedagógica, você tem conseguido relacionar teoria e prática com os alunos incluídos? De que maneira?
  
- 7) Na sua opinião o que está faltando para que os educadores consigam obter um melhor resultado no aproveitamento de alunos com Necessidades Educativas Especiais em Classes Regulares?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO COM ÊNFASE EM  
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL  
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EQUIPE DIRETIVA

CARGO FUNCIONAL : \_\_\_\_\_  
GRAU DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE FUNÇÃO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE SERVIÇO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA: \_\_\_\_\_

- 1) Que cidadão a Educação desta Escola deseja formar , visto este aluno ser Especial?
  
- 2) Como você entende a inclusão de alunos com paralisia cerebral em uma escola de Ensino Regular ?
  
- 3) Em sua concepção, qual é o papel do professor e do aluno no processo ensino–aprendizagem, dentro desta realidade inclusiva?
  
- 4) Como é a relação professor–aluno em sua sala de aula, enfocando a realidade de um aluno especial?
  
- 5) A inclusão tem conseqüências positivas para a aprendizagem de teus alunos? Como? Quais?
  
- 6) Em tua função diretiva, qual a ação em favor da adaptação do trabalho pedagógico do Professor para que haja um relacionamento entre a teoria e a prática no atendimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais, em especial paralisia cerebral?
  
- 7) Na sua opinião o que está faltando para que os educadores consigam obter um melhor resultado no aproveitamento de alunos com Necessidades Educativas Especiais em Classes Regulares?

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO COM ÊNFASE EM  
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL  
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PROFESSORA DA PROFESSORA  
ESPECIALISTA DA APAE

CARGO FUNCIONAL : \_\_\_\_\_  
GRAU DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE FUNÇÃO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE SERVIÇO: \_\_\_\_\_  
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA: \_\_\_\_\_

- 1) Que tipo de cidadão a Educação deveria formar ?
  
- 2) Como você entende a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, na rede de ensino estudada ?
  
- 3) Em sua concepção, qual é o papel do professor e do aluno no processo ensino–aprendizagem, dentro desta realidade inclusiva?
  
- 4) Como é a relação professor–aluno em sua sala de aula, enfocando a realidade de um aluno especial?
  
- 5) Quais as conseqüências positivas da inclusão para a aprendizagem de seus alunos?
  
- 6) Em sua prática pedagógica, você tem conseguido relacionar teoria e prática com os alunos incluídos? De que maneira?
  
- 7) Na sua opinião o que está faltando para que os educadores consigam obter um melhor resultado no aproveitamento de alunos com Necessidades Educativas Especiais em Classes Regulares?

# ANEXOS